

## RACISMO BRASILEIRO NA LONGA DURAÇÃO

SANTOS, Ynaê Lopes. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022. 345 p.

Ynaê Lopes dos Santos, professora da Universidade Federal Fluminense, atualmente Professora Adjunta no Instituto de História da Universidade Federal Fluminense - UFF, nos brinda nesse ano de 2022 com um novo livro, *Racismo brasileiro*. O livro tem a ambição de reinterpretar a história do Brasil, mais precisamente, a formação do Estado nacional brasileiro, tomando o racismo como fio condutor. É, portanto, um livro escrito a contrapelo da história oficial.

Nossa formação data da conquista militar portuguesa e do estabelecimento de colônias extrativistas e agrícolas, que tiveram como sustentáculo a escravização de numerosos povos indígenas e de africanos traficados durante mais de três séculos. Ou seja, um Estado construído a partir da destruição de muitos territórios étnicos e de

muitas culturas em todo o Atlântico. Nossos antepassados europeus aqui montaram uma sociedade baseada na redução de seres humanos a coisas, em um processo de hierarquização e dominação social que podemos chamar de racismo. Racismo porque foi e é a noção de raça, ou seja, de inferioridade natural de grupos humanos, que pode dar sentido, ainda hoje, não apenas ao avanço sobre terras indígenas, mas ao tratamento sub-humano conferido aos subalternos afrodescendentes na nossa hierarquia social.

A história oficial chamou de “descobrimento” a guerra de conquista das terras onde fundaríamos essa nação, e de “colonização” ao processo de formação social espoliadora que se seguiu nos engenhos, fazendas ou roças de algodão, fumo, café e nas atividades de extração aurífera e

nas mais diversas atividades urbanas dessa imensa porção da América. Essa narrativa construída a partir do ponto de vista e dos interesses dos conquistadores significou, ao mesmo tempo e na longa duração, esquecimentos parciais e construções discursivas temperadas pela nossa formação católica e seu hábito automático do perdão, alimentados pela persistência entre nós de formas reinventadas de servilismo, da contínua precariedade das condições de trabalho e de saúde dos nossos trabalhadores, da violência privada e estatal, da expropriação patrimonial e do contínuo avanço e extermínio de sociedades indígenas que ainda teimam em sobreviver em nossas matas e florestas.

Organizado em três partes – a Colônia, o Império do Brasil e a República –, cada uma delas subdividida em quatro capítulos, *Racismo Brasileiro* é um livro necessário e didático, que exercita erudição historiográfica invejável e interpretação corajosa e precisa de nossa história. A coragem está em tomar o racismo como fio condutor sem temer anacronismos, inclusive quando a autora utiliza alguma nomenclatura fora de seu contexto, como, por exemplo,

quando vê-se obrigada, por clareza analítica, a utilizar a categoria classificatória “negra” para referir-se aos descendentes de povos africanos, ainda que alguns assim não se classificassem no passado e mesmo no presente.

Para a autora, racismo é um sistemático tratamento violento, espoliador, desrespeitoso e opressor de uma população que é definida pelo conquistador ou pelo colonizador a partir de características somáticas e culturais. A historiadora define o racismo não de modo sintético como eu fiz, mas de modo historiográfico, desde o primeiro capítulo, desde o primeiro momento, demarcando seus elementos constituintes.

Sabemos que não existe racismo sem alguma presunção de igualdade. Ou seja, para que algum tratamento seja qualificado com impróprio é necessário que uma categoria mais ampla englobe as partes que compõem a relação de impropriedade. Ora, o racismo, na conquista e na colonização, se fundou no reconhecimento pelos portugueses da parcial humanidade dos indígenas (filhos de Deus) e dos africanos escravizados e violentados. Por isso, é preciso sublinhar que o ato de catequizar foi

e é um projeto de extermínio cultural, assim como a escravização foi consequência da expropriação territorial e dos modos de vida e de produção originários. Mas, nem todos poderiam ser escravizados, apenas os não portugueses e, por extensão, os não europeus, o que se marcava pela cor e pelo fenótipo. Racismo, portanto, construído socialmente sem a noção de raça, mas pelas noções de pureza de sangue, religião e outras, como a de *qualidade*, que permitia ordenar não apenas os conquistados e escravizados na própria terra e os importados como cativos, mas todos os seus descendentes miscigenados, num sistema de classificação fenotípica e social bastante refinado. Deve-se notar, contudo, que à diferença do racismo do XIX, a inferioridade não existiria naturalmente na constituição dos subalternizados, mas adviria de sua origem cultural ou divina. O perdão que os colonizadores conferiam a si mesmos, nesse contexto, só poderia ser adquirido pelo tratamento mais humanitário dos oprimidos e pela justificativa de que a civilização humana não poderia ser edificada fora da cristandade, que não previa igualdade neste mundo. Ainda na Parte I de

*Racismo brasileiro* nos é apresentada o que permitia aos conquistados e aos oprimidos o resgate de sua humanidade plena, de sua dignidade e de sua sobrevivência social – a luta de resistência. Seja através de rebeliões, de fugas, de quilombos, ou de reinvenções culturais.

Na segunda parte do livro – o Império do Brasil – a autora traça três linhas interpretativas para compreender a formação do Estado brasileiro. A primeira é dada pelo cataclisma que a Revolução Haitiana produziu no empreendimento escravista nas Américas. Os ideais igualitários concebidos pelo Iluminismo que nutriram as grandes revoluções burguesas do Setecentos – as revoluções americana, francesa e inglesa – atingiram no Haiti a população não europeia, escravizada ou livre, negra ou mestiça, quebrando assim a espinha dorsal da naturalidade do escravismo de africanos (e seus descendentes) e indígenas pelos colonizadores europeus e seus descendentes. Um outro tipo de discurso sobre a natureza, desta vez mais científica que teológica, teve que ser adicionado ao escravismo – a “raça” propriamente – para

justificá-lo. Mais que isso, o próprio negócio do escravismo, especialmente o tráfico num primeiro momento, passou a ser repensado pelas grandes potências ocidentais emergentes. Faltou à autora talvez acentuar mais o surgimento do mundo burguês na Europa. Pois a aposta na exploração do trabalho livre, tornado cada vez mais acessível pela expropriação dos camponeses e pela grande concentração de terras, criou uma enorme população economicamente excedente e miserável, acabando por tornar rentável a colonização da América baseada no trabalho livre de imigrantes europeus.

A segunda linha interpretativa seguida por Ynaê Lopes é a escolha feita pelas elites do Império do Brasil pela manutenção do escravismo e do tráfico de escravizados como pilares do novo Estado. As consequências foram desastrosas e persistentes, como previram os abolicionistas – uma sociedade permeada por desigualdades duradouras, mantidas pela violência, fosse ela privada ou estatal. O racismo brasileiro ganhou contornos permanentes a naturalização da cor e dos traços fenotípicos prescindiram mesmo da

ideia moderna de raça. Esta, enquanto teoria, ficou restrita às elites, sendo exercida e atualizada nas práticas sociais. O povo que seria formado por três raças, tal como pensado por Von Martius em meados do século XIX, hierarquicamente ordenadas, ganhou teorizações como o embranquecimento, em que os brancos prevaleceriam tanto em termos culturais, quanto biológicos, ou a democracia racial, que absorveria nas elites os mestiços talentosos. Ou seja, cristalizou-se com a celebração da mestiçagem uma estrutura social em que se poderia ascender racial, não apenas socialmente, e em que todos poderiam, mesmo que de modo desigual, usufruir do escravismo. O fato é que as raças no Brasil deixaram de ser grupos fechados (castas) e passaram a funcionar como classes, numa sociedade permeada por elos pessoais de subordinação.

A terceira linha interpretativa explorada no livro é o abolicionismo como movimento social. Foi esse movimento que permitiu o desenvolvimento da resistência enquanto política e enquanto teoria pelo protagonismo de uma nova intelectualidade negra. Essa formação social,

alimentada pela luta contra o escravismo e contra as iniquidades e as imoralidades das elites, possibilitou tanto reimaginar uma nação, quanto a própria raça negra. Nesse ponto, devo observar que a historiadora poderia explorar mais as fraturas políticas, sociais e ideológicas entre os brancos no Oitocentos para realçar as alianças que permitiram conceber a nova nação em termos seja da fraternidade racial, seja da nação mestiça, seja da democracia racial enquanto igualdade de oportunidades entre as raças. Para ser mais claro, o abolicionismo mostrou que a rede de subordinação interpessoal tecida pelo escravismo, uma rede de relações racializadas, se tornara inadequada para apaziguar os anseios e as aspirações seja de mestiços, seja de negros, seja de alguns setores políticos da elite.

A terceira e última parte do livro focaliza o período republicano brasileiro para demonstrar que o Estado continua racista em que pese as aberturas ideológicas que permitiram suavizar esse racismo no imaginário nacional.

Ao tratar da Primeira República, a autora costura as ideologias e mecanismos sociais que transformaram

o racismo explícito na escravidão numa outra espécie de institucionalização do racismo, agora capaz de conviver com o republicanismo e seus pilares de igualdade e democracia. Foram então características do período teorias de embranquecimento que mantinham implícitas mas atuantes a presunção de inferioridade racial de negros, pardos e indígenas frente a imigrantes europeus; lei eleitoral que retirava o direito de voto dos analfabetos; ausência de educação pública para as classes populares, mantendo-as à margem do mundo moderno; leis contra a vadiagem, que criminalizavam o desemprego e normalizavam condições de trabalho análogas à escravidão; política migratória que buscava substituir o trabalho dos afrodescendentes. Tais mecanismos atuaram, contrabalançando as revoltas e a resistência populares, para dar à nossa modernidade sua cor branca. A resistência popular, fosse às condições de discriminação (no mercado de trabalho, no processo eleitoral, no acesso à educação), fosse ao tratamento violento (revoltas da Vacina, da Chibata, de Canudos), fosse à repressão de suas práticas culturais (aos candomblés, à capoeira,

ao comércio de rua) foi sistematicamente apresentada pela narrativa oficial como retrocesso monarquista, anticientífico, fetichista, anti-higiênico, messiânico etc.

Quando a historiadora analisa a Era Vargas, ela tem a oportunidade de apresentar ao leitor uma corrente de pensamento que tinha ficado subjacente. Expressa por intelectuais progressistas, às vezes mais, às vezes menos salientes, tal corrente aplainava as barreiras racistas e exclusivistas de nossas oligarquias. Intelectuais e artistas de formação eurocêntrica, mas que buscavam interpretar a brasilidade para além de um transplante da Europa nos trópicos, tecendo um imaginário original de uma expressão cultural marcada pelo encontro de raças e culturas. Até as primeiras ideias de negritude entre nós podem ser entendidas como uma expressão mais radical dessa corrente intelectual. A autora acerta em apresentar a ideologia da democracia racial como fruto desse grande compromisso modernista e modernizador de um período ditatorial, como foi o Estado Novo, que inaugurou um novo imaginário nacional. Ela igualmente acerta ao argumentar o quanto

de racismo restava subjacente a esse tipo de compromisso. O Estado continuava racista, ainda que de modo menos explícito.

Nos últimos capítulos do livro, Ynaê Lopes dos Santos revisita a história recente para reafirmar com contundência o protagonismo conquistado pelos intelectuais negros e indígenas brasileiros na Terceira República que se seguiu à ditadura militar. A criação e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), o reconhecimento do direito de indígenas e quilombolas às suas terras ancestrais, a caracterização do racismo como crime inafiançável em cláusula pétreia, o reconhecimento oficial, pelo Estado brasileiro, de que o racismo era prática arraigada na nossa sociedade, a campanha por cotas raciais na educação superior e no serviço público, foram eventos que se constituíram num verdadeiro “descobrimento” do Brasil real, e que tiveram como respaldo uma ampla aliança antirracista, assentada na mobilização política de negros e indígenas. Coalizão negra que tem hoje a responsabilidade de demonstrar que o racismo não é um problema dos negros, mas de todos os brasileiros.

Um breve resumo da interpretação encontrada em *Racismo brasileiro*, tal como o li, pode ser formulado como segue.

Começamos como país independente em 1822, mas mantivemos a casa real portuguesa como dinastia hereditária e a monarquia como forma de governo. Guardamos também o escravismo como principal forma de relação de trabalho. Mais que isso, expandimos o escravismo, que continuou a permear todas as relações interpessoais, inclusive as de pessoas de cor entre si. O Estado manteve sua estrutura colonial, agora independente da metrópole, ou seja, politicamente autônomo, mas inserido num sistema colonial rearranjado sob a hegemonia inglesa. Pensar um povo para o Brasil, dada a escassa presença de europeus e eurodescendentes, por um lado, e uma camada importante de mestiços nas camadas médias da sociedade colonial, por outro, só foi possível negando a raça como uma relação social fechada, baseada na “pureza de sangue”, que marcaria como negro todos que tivessem ascendência africana ou indígena, e construindo uma estrutura ideológica baseada

na ideia de embranquecimento, que permitisse a ascensão racial e não apenas social. Um mestiço não era um negro e à medida que clareasse a pele e outros traços fisionômicos seria completamente branco. Mas poderia também clarear-se culturalmente pela educação formal. Os principais elementos desse sistema eram a cor branco-mestiça e a educação europeia, marcas de participação nos grupos dominantes. O nativismo floresceu durante o Império brasileiro e alimentou a formação da nacionalidade brasileira, mas essas barreiras de educação e de cor persistiram.

Se a República, em 1889, surgiu com a abolição do escravismo, manteve, entretanto, a estratégia de fazer da educação a principal barreira social, que junto com a negação da raça e do racismo e a afirmação da cor como forma de distinção, sustentam até hoje a nossa estrutura social. O Brasil passou a se ver como uma sociedade moderna de classes. Mas os direitos sociais permaneceram limitados e regulados. Foram essas duas barreiras que permitiram que medrasse uma versão de democracia racial menos rígida hierarquicamente, mas mantendo um

tecido social ainda demarcado pela educação formal deficiente e por preconceitos raciais salientes.

Hoje, em 2022, celebramos os dez anos da chamada Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) federal. Devemos lembrar, contudo, que as cotas raciais começaram a ser implementadas uma década antes, em 2003, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Quando a lei de 2012 foi promulgada, já 73 universidades brasileiras tinham algum tipo de cota racial. Isso se deveu a um enorme trabalho de convencimento e de pressão de organizações negras locais junto aos conselhos universitários de suas universidades federais, o que, por sua vez, só foi possível pela flexibilização promovida pelo governo Fernando Henrique (Lei 10.558 de 13/11/2002) sobre a forma de ingresso nas universidades federais, garantindo a autonomia universitária.

Percebemos assim como as duas barreiras a que me referi andam juntas. Primeiro, a afirmação da raça pelos movimentos sociais negros foi a principal forma de luta pela democracia social e política durante

todos os períodos da República. Segundo, há que se frisar que a luta pela educação e pelo trabalho foi uma constante nessas mobilizações.

Mesmo hoje, vencida a campanha de convencimento da opinião pública quanto à justiça das cotas sociais e raciais, não podemos dizer que estamos pisando um terreno sedimentado. Não acredito que a Lei de Cotas esteja em perigo iminente. Mas a deterioração das condições do ensino universitário público é hoje visível. Parece muito com o que aconteceu, em passado recente, com a deterioração do ensino médio público. Nos últimos anos, a erosão do financiamento das universidades públicas, das agências de fomento à ciência e à tecnologia, como CAPES e CNPq, da educação pública fundamental e do ensino médio criaram uma situação nova, avultando grandes problemas – a queda nos índices de aprendizagem escolar, a evasão escolar, o afastamento do Brasil da cooperação internacional. Esse é um quadro que precisa ser rapidamente revertido com o fim do governo Bolsonaro.

Quero, finalmente, lembrar o papel decisivo que tiveram as ciências sociais e a historiografia

brasileiras nesse avanço civilizatório que foi a implantação de políticas de ação afirmativa na educação superior brasileira. Na luta pelo convencimento da opinião pública e das principais esferas do poder Judiciário, do Legislativo e do Executivo pela justiça das cotas raciais, há que se chamar a atenção para a demonstração pelas nossas ciências humanas de que: (a) as desigualdades raciais não eram simples herança do escravismo, mas se reproduziam e se ampliavam no presente (as pesquisas de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva devem ser aqui reverenciadas e apreciadas em sua justa dimensão); (b) isso, por sua vez, nutriu os estudos sobre a operação do racismo na sociedade brasileira (foram numerosos os trabalhos que detalharam os mecanismos de sua existência em salas de aula, nas relações interpessoais, no mercado de trabalho etc.); (c) talvez a nossa contribuição decisiva tenha sido demonstrar que devíamos quebrar o tabu de não usar “raça” como conceito analítico nos estudos científicos (na verdade, apenas o conceito de raça pode explicar uma miríade de comportamentos e de atitudes que

têm como resultado a discriminação, o preterimento e o desrespeito sistemáticos que sofrem as pessoas de cor na sociedade brasileira). Se a raça não é uma realidade biológica, ela é um sistema de crenças que orienta a nossa ação social e empresta sentido para uma série muito grande de traços estruturais ou conjunturais da sociedade brasileira.

*Racismo brasileiro* é, por isso tudo que escrevi, um livro de síntese interpretativa que fazia falta. Pode ser lido por estudantes, usado por professores na preparação de aulas e por profissionais que desejem aprender uma história do Brasil contada da perspectiva dos “de baixo”. Uma história longe daquela que justifica todos os erros do passado e do presente pressupondo uma linha evolutiva de crescente esclarecimento e convivência democrática, deixando as lutas populares e os autores negros como coadjuvantes.

Lastreada na leitura de volumosa historiografia produzida no Brasil, Ynaê Lopes quase não erra. Corrigiria apenas um dado factual – Gilberto Freyre, embora tenha alimentado sempre a confusão ao apresentar-se como discípulo de Franz Boas,

não o teve como orientador na Universidade de Columbia, como já demonstrou Maria Lúcia Pallares-Burke.<sup>1</sup> Diria também que, em alguns raros momentos, a escrita pode passar a ideia de que o racismo, enquanto instituição, é apenas um projeto político das classes dominantes e não o resultado definido *a posteriori*, embora esperado pelo desequilíbrio no resultado do embate entre forças políticas racistas e antirracistas. Se o Estado, seja do Brasil colônia, seja do Império, seja da República,

pode ser considerado racista, nem todas as suas elites dominantes e seus funcionários e intelectuais encarnaram todo o tempo o racismo de Estado. Ao contrário, a luta antirracista dos negros e dos indígenas sempre encontrou nas fraturas das classes dominantes a oportunidade para avançar seu projeto de civilização. O mérito do livro, todavia, não é afetado por simplificação narrativa. Ao contrário, esse é um livro de síntese interpretativa correta e bem-vinda.

**Antonio Sérgio A. Guimarães**  

Universidade de São Paulo  
Universidade Federal da Bahia

doi: 10.9771/aa.v0i66.52090



---

1 Maria Lúcia Pallares-Burke, *Gilberto Freyre, um vitoriano nos trópicos*, São Paulo: Editora UNESP, 2005.